

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

Março de 2020

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações contábeis

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018

Acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes

Av. Dr. Nilo Peçanha, 724/502

Bela Vista, Porto Alegre - RS

90470-000

T: +55 51 3508.7734

www.bakertillybr.com.br**Conteúdo****Páginas**

Relatório dos auditores independentes..... 3

Demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais 7

Demonstrações do resultado 8

Demonstração do resultado abrangente 9

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 10

Demonstrações dos fluxos de caixa 11

Notas explicativas às demonstrações contábeis 12

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Acionistas da
PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.
São Leopoldo / RS

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da **PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

1. Realização dos créditos tributários diferidos

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada indireta **Altus Sistemas de Automação S.A.** possui, créditos tributários diferidos decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente não dedutíveis, no montante de R\$ 14.726 mil, conforme melhor detalhado na nota explicativa 8. As práticas contábeis atuais estabelecem que a manutenção destes ativos depende do sucesso e do monitoramento do plano de medidas desenvolvido pela Administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

2. Discussão judicial com Instituições financeiras e Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2019, a controlada indireta **Altus Sistemas de Automação S.A.** possui discussões judiciais com as instituições financeiras e com fornecedores, no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 os montantes em discussão totalizam R\$ 6.965 mil com instituições financeiras e R\$ 874 mil com fornecedores em fase de buscas de acordos. Suportado pela opinião de seus assessores jurídicos e pelos históricos de negociações de mesma natureza não é possível estimar o desfecho final dessas negociações. Enquanto não houver Acordo firmado entre as partes e a definição da nova forma de pagamento, as demonstrações contábeis estão demonstradas pelos valores atualizados conforme contrato original e não incluem quaisquer ajustes relativos a ganhos financeiros com redução de juros e multa que por venturam estão sendo pleiteados, as quais visam o fortalecimento do seu equilíbrio financeiro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Auditoria do exercício anterior

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.** para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram por nós examinadas, as quais emitimos relatório datado em 22 de março de 2019 com ênfases sobre a Realização dos Créditos Tributários Diferidos e sobre a Discussão Judicial com Instituições Financeiras e Fornecedores, assuntos que se mantêm em 2019.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

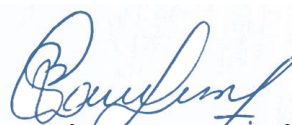
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, RS, 20 de março de 2020.



Sergio Laurimar Fioravanti
Contador – CRCRS nº 48.601



Viviane Barcelos Cangussu Machado
Contador – CRCRS nº 68.068

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S
CRCRS nº 006706/O
CVM 12.360

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado	
Ativo	Nota	2019	2018	2019	2018	Passivo	Nota	2019	2018	2019	2018
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1	227	951	4.554	Financiamentos e empréstimos	12	-	-	8.046	11.046
Contas a receber de clientes	5	-	-	19.630	16.816	Fornecedores e outras contas a pagar	13	-	-	13.166	13.759
Estoques	6	-	-	12.240	11.761	Impostos e contribuições a recolher		22	34	5.510	5.491
Impostos a recuperar	7	5	5	1.202	1.933	Salários e provisões trabalhistas		-	-	2.919	3.029
Outros créditos		-	-	2.150	1.313	Provisões		-	-	1.506	1.713
		6	232	36.173	36.377	Adiantamento de clientes		-	-	2.161	2.743
						Outros débitos		1	-	1.764	2.174
								23	34	35.072	39.955
Não circulante						Não circulante					
Realizável a longo prazo						Débitos com partes relacionadas					
Impostos a recuperar	7	-	-	2	2	Financiamentos e empréstimos	12	1.238	330	278	294
Impostos diferidos	8	-	-	14.726	15.314	Fornecedores e outras contas a pagar	13	3.995	4.018	35.607	29.444
Créditos com partes relacionadas	13	89	92	89	227	Provisão para contingência	15	-	-	9.722	15.366
Outros créditos		-	-	2.308	6.772	Impostos a recolher		-	-	164	28
		89	92	17.125	22.315			-	-	2.661	3.481
								5.233	4.348	48.432	48.613
Investimentos	9	3.626	2.750	4	-	Passivo a descoberto					
Imobilizado	10	-	-	8.473	9.194	Capital social	16	27.872	27.872	27.872	27.872
Intangível	11	-	-	20.194	19.664	Reserva de capital		23.088	23.088	23.088	23.088
		3.626	2.750	28.671	28.858	Reserva de lucros		311	311	311	311
						Reserva de reavaliação reflexa		1.361	1.253	1.361	1.253
		3.715	2.842	45.796	51.173	Prejuízos acumulados		(54.167)	(53.832)	(54.167)	(53.832)
						Patrimônio líquido atribuível aos controladores		(1.535)	(1.308)	(1.535)	(1.308)
						Participação de não controladores		-	-	-	290
						Total do patrimônio líquido		(1.535)	(1.308)	(1.535)	(1.018)
Total do ativo		3.721	3.074	81.969	87.550	Total do passivo e patrimônio líquido		3.721	3.074	81.969	87.550

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida de vendas e serviços	17	-	-	53.367	45.537
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados		-	-	(25.201)	(18.284)
Prejuízo/lucro bruto		-	-	28.166	27.253
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas de vendas		-	-	(7.983)	(7.329)
Despesas administrativas		(90)	(496)	(11.445)	(12.725)
Outras despesas e receitas, líquidas		(203)	(300)	387	413
Resultado da equivalência patrimonial		562	(239)	6	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		269	(1.035)	9.125	7.612
Despesas financeiras		(497)	(1.376)	(23.036)	(22.019)
Receitas financeiras		-	208	14.292	12.984
Resultado financeiro líquido		(497)	(1.168)	(8.738)	(9.035)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(228)	(2.203)	387	(1.423)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	-	(587)	(502)
Imposto de renda e contribuição social - corrente		-	-	-	-
Lucro / Prejuízo do exercício		(228)	(2.203)	(200)	(1.925)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(228)	(2.203)	(200)	(1.743)
Acionistas não controladores		-	-	(28)	(182)
Lucro / Prejuízo do exercício		(228)	(2.203)	(228)	(1.925)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro / Prejuízo do exercício	(228)	(2.203)	(228)	(1.925)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(228)	(2.203)	(200)	(1.743)
Acionistas não controladores	-	-	(28)	(182)
Lucro / Prejuízo do exercício	(228)	(2.203)	(228)	(1.925)
Outros resultados abrangentes	(228)	(2.203)	(228)	(1.925)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(228)	(2.203)	(200)	(1.743)
Acionistas não controladores	-	-	(28)	(182)
Total do resultado abrangente do exercício	(228)	(2.203)	(228)	(1.925)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações das mutações no patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

			Reserva de lucros				Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas	
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de reavaliação reflexa	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido atribuível aos controladores		Patrimônio líquido total
Saldo em 31 dezembro de 2017	15.387	41.106	311	1.095	(69.657)	(11.758)	(23.920)	(35.678)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(2.203)	(2.203)	-	(2.203)
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	11	11	-	11
Movimentações de não controladores	-	-	-	-	-	-	24.210	24.210
Variação em investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento do Capital Social	12.485	-	-	-	-	12.485	-	12.485
Aumento reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	158	-	158	-	158
Absorção de prejuízos com Reserva de Capital	-	(18.018)	-	-	18.018	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	27.872	23.088	311	1.253	(53.831)	(1.307)	290	(1.017)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(228)	(228)	-	(228)
Aquisição participação dos não controladores	-	-	-	-	-	-	(290)	(290)
Aumento reserva de reavaliação reflexa	-	-	-	108	(108)	-	-	-
Absorção prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	27.872	23.088	311	1.361	(54.167)	(1.535)	-	(1.535)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro/Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(228)	(2.203)	359	(1.423)
Ajustes para:				
Depreciação e amortização	-	20	2.446	2.537
Resultado de equivalência patrimonial	(562)	239	6	-
Impostos diferidos	-	-	-	502
Baixa de imobilizado e intangível	-	-	243	4.494
Reversão de provisão para contingências	-	-	196	22
Juros provisionados e não pagos	-	-	5.011	3.228
Outras provisões	-	-	4.852	517
Ajustes de Exercícios anteriores	-	11	-	11
Ágio na aquisição de Investimento	203	-	203	-
	(587)	(1.933)	13.316	9.888
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) / Diminuição de Estoques	-	788	(2.264)	18.690
(Aumento) / Diminuição de contas a receber	-	-	763	2.563
(Aumento) / Diminuição de outras contas	1	(54)	(748)	(24.664)
Aumento / (Diminuição) fornecedores	-	-	(5.482)	-
Aumento / (Diminuição) do contas a pagar e outros	(12)	-	(1.057)	-
(Aumento) / Diminuição em outros impostos líquidos	-	-	(4.179)	-
	(11)	734	(12.967)	(3.411)
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	(598)	(1.199)	349	6.477
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	(299)	(277)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(2.199)	(2.672)
Aquisição de investimento	(517)	(2.754)	(527)	(2.754)
Adição de caixa na aquisição de controladas	-	-	175	(11.551)
Caixa líquido (usado nas) proveniente das atividades de investimento	(517)	(2.754)	(2.850)	(17.254)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Com Acionistas				
Aumento de capital social	-	12.484	-	17.484
Reserva de lucros	-	157	-	157
Partes relacionadas	912	(8.263)	828	(9.193)
Com Terceiros				
Variação de financiamentos e empréstimos	(23)	(202)	(1.755)	2.034
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	889	4.176	(927)	10.482
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício	(226)	223	(3.428)	(295)
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa no exercício				
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	227	4	4.379	4.850
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1	227	951	4.554
	(226)	223	(3.428)	(296)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Parit Participações S.A. (denominada “Parit”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul. As demonstrações contábeis consolidadas da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 abrangem a Parit e suas controladas (denominadas em conjunto como “Companhia” ou “Grupo”), a Companhia tem por objeto a participação em outras sociedades como sócia quotista ou acionista.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis individuais e consolidada foram elaboradas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que seguem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As seguintes Companhias foram incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

- **HCA Participações S.A.**
- **Altus Sistemas de Automação S.A.**

Na elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, requer a Administração da Companhia que faça julgamentos, estimativas e premissas para contabilizar ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 02 de março de 2019.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas pela empresa controladora e suas controladas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a. Base de mensuração

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

b. Moeda funcional e estrangeira

Essas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicados de outra forma.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão de moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas, as quais são revisadas continuamente e os eventuais ajustes decorrentes são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas.

A Base de consolidação:

(i) Controladas

Controlados são os empreendimentos nos quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações entre companhias e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intergrupo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. Não foram apurados montantes relevantes referentes a ganhos ou perdas não realizadas.

d. Instrumentos financeiros

(i) Ativos e passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos na categoria empréstimos e recebíveis.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo crescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor. Caixa e equivalentes de caixa são registrados pelo valor justo por meio do resultado.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. Os passivos financeiros não derivativos compreendem empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

e. Estoques

Os estoques das controladas são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, entre os dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da “média ponderável móvel”. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos dos projetos, matérias primas, mão de obra direta, outros custos diretos e respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda. Em caso de perda por desvalorização (*impairment*), esta é imediatamente reconhecida no resultado.

f. Arrendamentos

A revisão da norma contábil CPC 06 orienta que sejam reconhecidos no balanço patrimonial os ativos e passivos relacionados aos contratos de arrendamento. Seu objetivo principal é aumentar a transparência e a comparabilidade entre as entidades. A Companhia deve fornecer informações que sejam relevantes e representem com fidedignidade a realidade econômica a ser reportada.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

Desta forma, a Companhia avaliou a existência de contratos com operações, que transmitiam o direito de controlar o uso de um ativo, em um intervalo temporal, em troca de contraprestações.

A Companhia identificou contratos cuja disponibilidade do bem serve apenas para estocagem, apoio comercial ou operacional, sem que estes gerem diretamente benefícios de fluxos de caixa para a mesma. Além disto, identificou que, no caso mais significativo, o prazo do contrato é por tempo indeterminado ficando este, dentro das isenções de aplicação da norma pelas razões apresentadas, desta forma não houve impacto nas demonstrações contábeis de 2019.

g. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada, caso aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do ativo imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data de itens em que estão disponíveis para uso. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas dos bens. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

Instalações	10 anos
Máquinas e Equipamentos	7 a 10 anos
Móveis e Utensílios	5 a 10 anos
Computadores e Periféricos	5 anos
Ferramentas	7 anos
Prédio	40 anos
Veículos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

h. Ativos intangíveis

Gastos com desenvolvimento de tecnologia

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que o projeto será bem-sucedido, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser mensurado de forma confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de dez anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

i. Redução ao valor recuperável de ativos

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado e avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sob condições que a Empresa não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrara em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização/depreciação são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

l. Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

m. Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço.

A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual se espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

n. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social da Companhia é de R\$ 27.871.528,77 e está representado por 128.386.615 ações nominativas, sendo 102.837.676 de ações ordinárias e 25.548.939 de ações preferenciais.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício.

Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida ao final do exercício como um passivo nas demonstrações contábeis da Companhia, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

o. Reconhecimento da receita operacional

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no exercício em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

Venda de produtos

A receita compreende o valor faturado pela venda de produtos e equipamentos eletrônicos, reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador, dependendo das características de cada transação.

Prestação de serviços

A receita pela prestação de serviços é reconhecida tendo como base a etapa de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, de acordo com a porcentagem do total de serviços a serem realizados, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente.

Contratos de construção

As receitas registradas a este título são oriundas dos contratos de prestação de serviços por horas trabalhadas e de entrega de materiais, geralmente relacionada à prestação de serviços de contratos de engenharia. É reconhecida segundo o método de Porcentagem de Conclusão (POC), ou seja, a receita contratual é reconhecida na demonstração do resultado nos períodos contábeis em que o trabalho é executado. A receita é reconhecida de acordo com a evolução física dos contratos, cujas etapas de execução são determinadas através da emissão de laudo técnico assinado por profissional habilitado.

p. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros, rendimentos de aplicações, ganhos cambiais sobre a variação de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e perdas cambiais sobre a variação de ativos e passivos indexados em moeda estrangeira. Custos de empréstimo que não são

diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

q. Benefícios fiscais

A receita decorrente de incentivos fiscais refere-se ao Crédito Presumido de ICMS e ao Reintegra. A receita está contabilizada e demonstrada na conta de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na demonstração do resultado do exercício.

r. Novas normas, interpretações e revisões de normas

As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2020. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

CPC 11 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (IFRS 4) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração.

A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2021, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. A Companhia ainda não quantificou o impacto da adoção desta nova norma, mas espera divulgar sua abordagem de transição e informações quantitativas quando da adoção.

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. A Companhia não deve ser afetada por essas alterações na data de transição.

Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e a informação é material se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das Demonstrações contábeis de propósito geral fazem com base nessas demonstrações.

Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas Demonstrações contábeis da Companhia.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Equivalente de Caixa	1	227	951	4.379
Aplicações Financeiras	-	-	-	175
	1	227	951	4.554

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa da Companhia não possuem restrições de uso e são imediatamente resgatáveis, sem risco significativo de mudança de valor. Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Clientes	-	-	22.094	17.312
Provisão para perdas esperadas	-	-	(2.464)	(496)
	-	-	19.630	16.816

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

6. ESTOQUE

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Produtos acabados	-	-	3.753	3.930
Produtos em elaboração	-	-	1.320	1.201
Matérias primas	-	-	5.556	6.040
Matérias-primas em poder de terceiros	-	-	71	76
Material para revenda	-	-	1.218	877
Material para revenda em poder de terceiros	-	-	16	12
Produtos acabados em poder de terceiros	-	-	351	250
Almoxarifados e manutenção	-	-	89	80
Importações em andamento	-	-	28	62
Provisão para perda de estoques	-	-	(584)	(2.369)
Adiantamento a fornecedores	-	-	423	1.602
	-	-	12.240	11.761

Os estoques das empresas controladas encontram-se livres de ônus ou garantias.

O saldo de adiantamento a fornecedores é composto por adiantamentos relativos à compra de insumos e serviços utilizados na fabricação de produtos.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos a recuperar referem-se a créditos decorrentes das operações das empresas controladas e estão descritos conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Imposto de renda	5	5	330	198
Contribuição social	-	-	219	238
COFINS	-	-	58	471
PIS	-	-	8	197
IPI	-	-	52	73
ICMS	-	-	399	626
ICMS s/imobilizado	-	-	2	2
INSS	-	-	6	-
ISS	-	-	130	130
Outros	-	-	-	-
Total	5	5	1.204	1.935
Circulante	5	5	1.202	1.933
Não circulante	-	-	2	2

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os saldos dos impostos diferidos ativos e passivos encontram-se assim compostos por:

	Consolidado	
	2019	2018
Ativo de imposto diferido		
IR e CS diferidos a recuperar em até 12 meses	446	497
IR e CS diferidos a recuperar depois de 12 meses	15.042	15.754
	15.488	16.251
Passivo de imposto diferido		
IR e CS diferidos a liquidar em até 12 meses	19	19
IR e CS diferidos a liquidar depois de 12 meses	743	919
	762	938
Ativo de imposto diferido (líquido)	14.726	15.313

Os valores dos ativos diferidos apresentam as seguintes expectativas de realização:

	2019	2018
2019		497
2020	446	682
2021	670	949
2022	991	1.242
2023	1.335	1.511
2024	1.717	11.370
A partir de 2025	10.329	
	15.488	16.251

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	2019	2018
Provisão para participação nos resultados	459	548
Processos tributários/trabalhistas/cíveis	87	72
Provisão para perdas em estoques	199	805
Provisões despesas com serviços de terceiros	145	425
Provisão para comissões sobre vendas	138	104
Outras provisões para despesas	34	4
Prejuízos fiscais	14.426	14.293
Imposto diferido ativo	15.488	16.251
Impostos sobre reserva de reavaliação	485	496
Impostos decorrentes da Lei 12.973/14	277	442
Imposto diferido passivo	762	938

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

11. INTANGÍVEL

	Controladora				Consolidado		Taxas médias anuais de Amortização
	31/12/2019		31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido		
Software	-	-	-	-	455	553	10% a 20%
Gastos de desenvolvimento					19.739	19.111	7,5% a 50%
Perda Valor Recuperável	-	-	-	-	-	-	
	-	-	-	-	20.194	19.664	

12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Taxa de Contrato	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Em Moeda Nacional					
Badesul	7% a.a. + SELIC	1.882	1.735	1.882	1.732
Capital de Giro - Banrisul	6,167% a.a. a 29,06% a.a	2.113	2.283	2.113	2.283
BNDES P&G - Petróleo e Gás	11,67 a.a.	-	-	6.956	6.100
FINEP	TJLP + 5% a.a.	-	-	-	10.023
BNDES/PROSOFT	TJLP + 1% a.a.	-	-	679	602
CDC	16,72% a.a.	-	-	30.571	18.972
Fiança Finep	12,00% a.a	-	-	-	778
Fomento/outros				1.452	-
		3.995	4.018	43.653	40.490
Circulante					
		-	-	8.046	11.046
Não Circulante					
		3.995	4.018	35.607	29.444

O valor justo dos empréstimos e financiamentos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

a. Prazo de vencimento - passivo não circulante

Os montantes apresentados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento.

Convenants

As cláusulas contratuais de vencimento antecipado estabelecem condições de informar todas as alterações realizadas no capital social os estrutura societária que possam influenciar no processo decisório da Companhia, bem como, aquelas que podem influenciar na capacidade de pagamento da financiada. Os referidos contratos de empréstimos e financiamentos não possuem cláusulas de Covenants que requeiram a manutenção ou atingimento de determinados índices financeiros.

Há outros contratos que incluem cláusulas restritivas, que geram o direito às instituições financeiras vinculadas de cobrar, de forma antecipada, os direitos que lhe reservam tais contratos sendo as principais hipóteses descritas a seguir:

- no caso de arrendamentos, se o bem for apreendido por autoridade competente;
- ocorrência de qualquer fato, medida judicial ou extrajudicial que possa afetar as garantias constituídas ou a solvência da Companhia;
- existência de títulos protestados;

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

- inadimplemento de outros contratos com a instituição financeira ou com quaisquer terceiros;
- deferimento de recuperação judicial, extrajudicial, falência ou insolvência da Companhia e/ou dos avalistas;
- se a Companhia e/ou avalistas sofrerem procedimento judicial ou extrajudicial que comprometa o cumprimento das obrigações junto às instituições financeiras;
- redução de quadro de pessoal durante o período de vigência do contrato, em função do projeto para o qual se obteve o financiamento;
- se houver mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário direto ou indireto, alteração da atividade principal, bem como a sua incorporação, cisão, fusão ou reorganização societária.

13. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Nacionais	-	-	22.200	27.847
Exterior	-	-	641	943
Partes Relacionadas	-	-	47	357
	-	-	22.888	29.147
Circulante	-	-	13.166	13.759
Não Circulante	-	-	9.722	15.366

14. PARTES RELACIONADAS

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativo				
HCT Participações S.A.	-	-	-	9
Créditos com acionista	-	-	-	36
RFAC Participações	89	89	89	93
Outros Adiantamentos	-	3	-	89
Total do ativo	89	92	89	227
Passivo				
HCA Participações S.A.	159	36	-	-
HCT Participações S.A.	278	294	278	294
Altus Automação	801	-	-	-
Total do passivo	1.238	330	278	294

15. PROVISÕES

O saldo de R\$ 164 (R\$ 28 em 2018) refere-se aos processos em que a controlada indireta Altus Sistemas de Automação S.A. é parte envolvida em processos trabalhistas, tributárias e cíveis, em andamento, e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela posição de seus consultores legais externos.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

A natureza das obrigações pode ser sumariada como segue:

- **Trabalhistas:** consistem, principalmente, em reclamações de empregados vinculadas a disputas sobre o montante de compensação pago sobre as rescisões de contrato de trabalho, pagamentos de benefícios, horas extras e seus reflexos.
- **Cíveis:** Ação de execução que tem como título executivo o instrumento particular de confissão de dívida firmado pela Companhia junto a fornecedor.
- **Tributárias:** autos de Infração de IRPJ e CSLL, e impugnação total ao Auto de Infração de IRRF, no REFIS.

Perdas possíveis não provisionadas no balanço

Ainda a investida indireta Altus Sistemas de Automação S.A. tem ações de natureza trabalhista, tributária e cível, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Tributárias				
ICMS	-	-	5.706	5.077
COFINS	-	-	284	275
Drawback	-	-	751	-
Imposto de renda e CSLL	-	-	8	-
IPI com COFINS cumulativa	-	-	32	31
Cíveis	-	-	1.018	784
Trabalhistas	-	-	206	154
	-	-	8.005	6.321

Movimentação das perdas prováveis provisionadas no balanço

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis	Total
Em 31 de dezembro de 2018	28	-	-	28
Adições	90	106		196
Pagamentos/Estornos	(60)			-60
Em 31 de dezembro de 2019	58	106	-	164

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 27.871.528,77 e está representado por 128.386.615 ações nominativas, sendo 102.837.676 de ações ordinárias e 25.548.939 de ações preferenciais.

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

b. Reservas capital

Em 3 de março de 2016 foram recebidos R\$21.938 da nova acionista e destinados a esta reserva de capital, totalizando R\$23.088. Esta reserva tem como finalidade o suporte operacional aos investimentos futuros da Companhia.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d. Reserva de reavaliação reflexa

Refere-se ao reconhecimento reflexo do ajuste de avaliação patrimonial registrado na investida indireta Altus Sistemas de Automação S.A. que no exercício de 2017 passou 100% de seu capital social a ser controlado pela investida HCA Participações S.A.

e. Variação em investimento

Em 2019 a Parit aumentou o controle na HCA para 100,00%.

f. Participação dos não controladores no patrimônio líquido das controladas

A participação de não controladores é a parte do patrimônio líquido de controlada não atribuível direta ou indiretamente à controladora.

Quando a participação da Parit Participações S.A. nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer ativos de longo prazo, que na essência constituam parte do investimento na coligada ("investimento líquido"), a Parit Participações S.A. não reconhece perdas adicionais, a menos que possua obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) de fazer pagamentos por conta da coligada, o que não ocorre atualmente. Adicionalmente, a Parit Participações S.A. não possui obrigação relacionada a eventuais passivos contingentes de suas coligadas, seja em sua totalidade ou compartilhados com outros investidores.

17. RECEITAS

		Consolidado
	2019	2018
Vendas brutas de produtos	46.080	26.525
Vendas brutas de serviços	10.464	3.763
Vendas de solução de automação e controle	7.000	22.665
	63.544	52.953
Impostos sobre vendas de produtos	(9.777)	(6.824)
Impostos sobre vendas de serviços	(400)	(592)
	53.367	45.537

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

Época do reconhecimento

	Consolidado	
	2019	2018
Reconhecimento em momento específico no tempo	56.544	31.817
Reconhecimento ao longo do tempo	7.000	21.136
	63.544	52.953

a. Ativos e passivos de contratos

	Consolidado	
	2019	2018
Ativos de contrato		
Contas a Receber (Nota 8)	22.094	23.723
	22.094	23.723
Passivos de contrato		
Adiantamentos de clientes	2.161	2.743
Fornecedores curto prazo	9.192	8.956
Fornecedores longo prazo	7.452	11.923
	18.805	23.622

Adiantamentos de clientes representam valores recebidos por conta de produtos a entregar ou de serviços a executar conforme cronograma de recebimentos definidos em contrato.

Fornecedores referem-se aos custos estimados para execução de projetos, cuja venda já foi realizada.

18. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia investida indireta Altus Sistemas de Automação S.A. possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura (R\$ mil)
Patrimônio e Estoques	Incêndio, queda de raio, explosão/danos elétricos/ equipamentos eletrônicos sem roubo/lucros cessantes decorrentes de incêndio, queda de raio e explosão/recomposição de documentos/roubo ou furto qualificado de bens/vendaval, furacão, ciclone, granizo, tornado e fumaça.	37.500
Seguro Garantia	Inadimplência das obrigações assumidas pelo tomador, em contratos de construção, fornecimento ou prestação de serviços	13.510

PARIT PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018
(Em milhares de Reais)

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura (R\$ mil)
Administradores e diretores	Proteção ao ato de gestão praticado pelos administradores e diretores.	5.000
Responsabilidade Civil	Operações Industriais e/ou Comerciais/Prestação de Serviços em Locais de Terceiros, inclusive visitas temporárias em países estrangeiros/Movimentação de Mercadorias e/ou Produtos/Obras de Manutenção/Eventos, Exposições e/ou Feiras de Amostras	4.000
Seguro veículo	Vidros, danos materiais, danos corporais, assistência 24 horas.	675

19. Eventos Subsequentes

A companhia avaliou os eventuais efeitos do Cononavirus (COVID-19) em suas Demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019 e ressalta que até a data de 20 de março de 2020, não houve impacto relevante ou material em seus negócios que justificasse alteração nos números divulgados. A Administração tem analisado e tomado ações efetivas para preservar a integridade de pessoas e ativos.

Fabiano Günther Favaro
DIRETOR

Ricardo Menna Barreto Felizzola
DIRETOR

Guilherme Candido Pinto Duarte
Responsável Técnico
Registro CRCRS: 070147/O-7
Patrick Guizolfi Bairros
CRCRS: 090506/O-3

* * *